



Início > Rádio Brasil de Fato

APAGAMENTO 

Somente 7 dos quase 28 mil sítios arqueológicos no Brasil são tombados pelo Iphan, aponta estudo

Estado brasileiro falha em proteger história e lugares sagrados dos povos originários ameaçados por grandes obras



 03:27

29.ABR.2025 ÀS 00H30

 SÃO PAULO (SP)

 CAROLINA BATAIER



Pajés e arqueólogos em visita ao sítio arqueológico de Santarenzinho (PA) - Arquivo Pessoal/Bruna Rocha



O Brasil tem 27.974 sítios arqueológicos oficialmente cadastrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a maioria deles de **origem indígena**. Um cruzamento de dados inédito, realizado pela plataforma MapBiomas, permite analisar a paisagem ao redor dessas áreas, e revela que muitas delas estão ameaçadas por atividades agropecuárias e empreendimentos como estradas, instalação de hidrelétricas e ferrovias.

“Apesar da ocupação humana histórica desses sítios, agora podemos analisar as mudanças e os impactos da ocupação recente sobre essas áreas”, Julia Shimbo, coordenadora científica do MapBiomas e pesquisadora do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).

Embora grande parte dos sítios arqueológicos brasileiros tenha origem indígena, somente sete foram tombados como patrimônio histórico, de acordo com o relatório *Política Patrimonial e Política Indigenista: A proteção jurídica dos*

lugares sagrados e sepultamentos indígenas, publicado pelo projeto **Amazônia Revelada**. Para se ter uma comparação, em 2024 o patrimônio brasileiro contava com 428 edificações, como prédios e casas, tombados pelo Iphan.

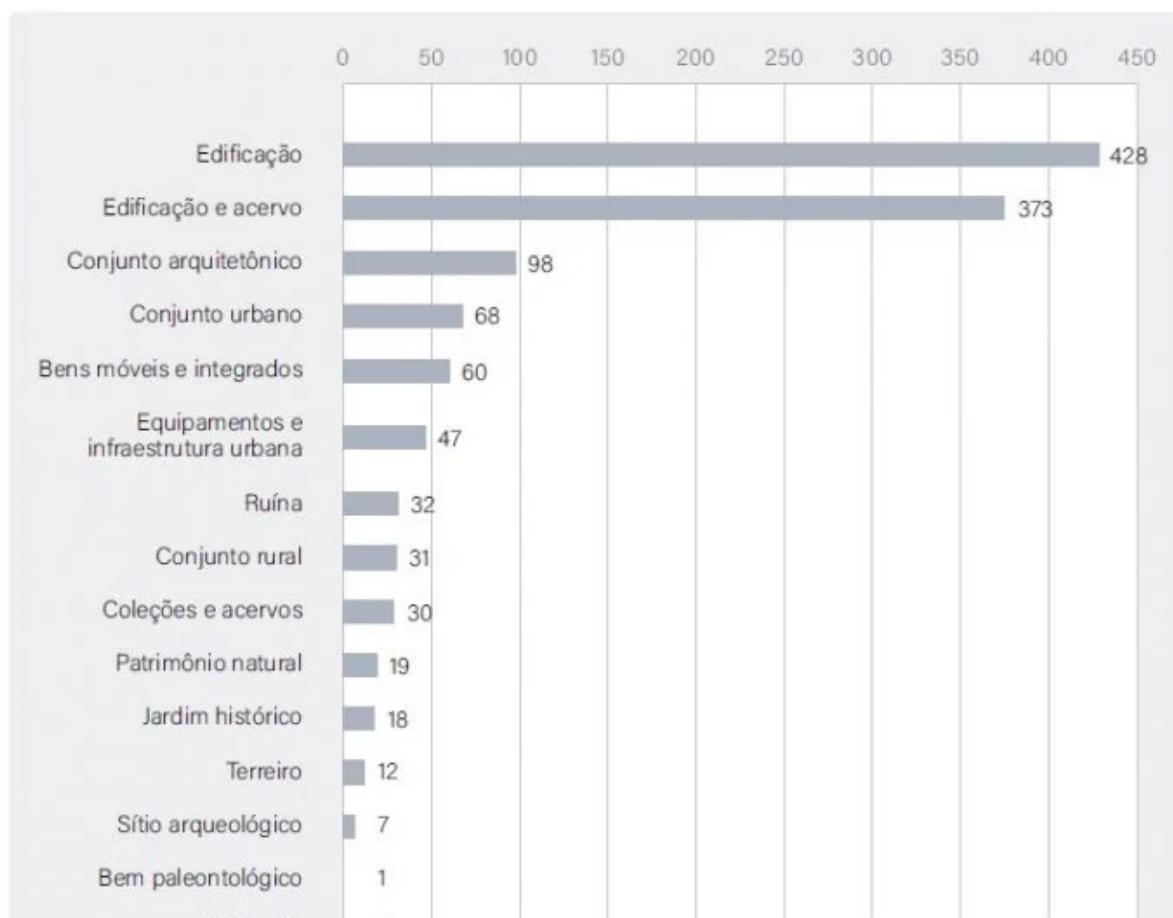


Gráfico publicado no estudo Política Patrimonial e Política Indigenista: A proteção jurídica dos lugares sagrados e sepultamentos indígenas

O tombamento é um ato administrativo que estabelece regras para a preservação de bens culturais, garantindo a salvaguarda do patrimônio histórico. Para Bruna Cigaran da Rocha, arqueóloga e professora da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), esse instrumento é a melhor forma de garantir a proteção dos patrimônios.

Ela menciona o caso do sítio arqueológico Santarenzinho (PA), onde há um cemitério do **povo Munduruku** ameaçado pela construção de uma Estação de Transbordo de Cargas (ETC).

Diante de pareceres do Iphan que orientavam pela remoção das ossadas encontradas na área, Rocha e a pesquisadora e também professora da Ufopa, Camila Jácome, procuraram o Ministério Público Federal do Pará (MP-PA)

para incluir os indígenas na tomada de decisão sobre o destino daquele espaço de imensa relevância para a cultura e a memória dos Munduruku.

“A arqueologia é história indígena, a **história dos povos quilombolas**, história dos povos e comunidades tradicionais nos lugares em que elas viveram. E, muitas vezes, é uma forma de provar essa presença, quando documentos escritos podem estar dizendo o contrário”, ressalta a arqueóloga.

Thiago B. Trindade, arqueólogo e chefe do Serviço de Registro e Cadastro de Dados (SREC/CNA) do Iphan, explica que a delimitação de um sítio arqueológico já prevê a preservação do local.

“Tem uma lei de 1.961, que é a lei 3.924, que reconhece todos os sítios arqueológicos como bens na União. Então, todo o sítio arqueológico já é protegido”, diz.

No entanto, a dificuldade de acesso a algumas dessas áreas, somada ao interesse de empresas na exploração desses espaços, expõe os sítios a riscos interferência humana e até de desaparecimento.

O estudo apresentado pelo projeto Amazônia Revelada retoma o caso da construção da hidrelétrica Teles Pires, entre os municípios de Paranaíta (MT) e Jacareacanga (PA), que resultou na destruição de outro local sagrado para os Munduruku.

“No decorrer da execução do Programa de Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico e Arqueológico da usina, foram escavadas doze urnas funerárias dos Munduruku em diferentes sítios arqueológicos, localizados em áreas não demarcadas”, informa o relatório. Os restos mortais dos ancestrais Munduruku, levados para o Museu de História Natural, em Alta Floresta (MT), só foram devolvidos à comunidade após protestos dos indígenas.

Segundo os dados do MapBiomas, em 1985, pouco mais da metade (53,5%) da área no entorno dos sítios estava em região de vegetação nativa, como florestas, savanas e campos naturais, e 41,7% em áreas antrópicas. Em 2023, esse cenário se inverteu: apenas 41,5% permanecem envoltos por áreas de vegetação nativa, enquanto 49,6% já se encontram em terrenos desmatados e

ocupados por pastagens, agricultura, áreas urbanas e outras atividades humanas.

“Além de sítio arqueológico, alguns desses lugares são lugares sagrados. De certa forma, é mais do que um sítio arqueológico, porque tem esse significado simbólico, espiritual, que é uma categoria que os próprios povos usam”, ressalta Rocha.

Santarenzinho, um cemitério ameaçado

A Amazônia é o bioma com a maior concentração de sítios arqueológicos, com 10.197 áreas onde há resquícios das comunidades que ali habitaram, o que representa mais de um terço do total nacional. Uma delas, o sítio arqueológico de Santarenzinho, em Rurópolis (PA), está na rota das empresas de **transporte de soja** que dominam a região.

Identificado na década de 70 pelo arqueólogo Celso Perota, uma parte do sítio é habitada por ribeirinhos e, atualmente, está ameaçado pela construção de uma ETC, estrutura de carga e descarga de grãos escoados pelo **rio Tapajós**.

Bruna Rocha conta que, durante o processo de estudo do local, a equipe de arqueologia encontrou ossadas que indicavam diversos sepultamentos naquela área. Em 2022, um pajé foi levado até o lugar e, após tapar os ouvidos e falar sozinho, em voz baixa, apontou para o ponto exato onde estava um crânio.

Os sepultamentos ligam o sítio diretamente aos antepassados do povo Munduruku, que até então não havia sido consultados sobre o empreendimento. O licenciamento foi suspenso para que os indígenas pudessem ser ouvidos e participar do processo de tomada de decisão sobre a área.

“Santarenzinho era uma grande aldeia”, ressalta Alessandra Korap Munduruku. “Por mais que as pessoas não vejam, mas os pajés veem e sentem. Então, a gente tem que proteger o lugar, mesmo que não seja dentro do território. Todo rio é um território indígena, em todo canto tinha aldeias. Onde existe terra preta, existiram aldeias bem antigas”, diz.



O sítio arqueológico de Santarenzinho fica entre os municípios de Santarém e Itaituba, conectados pela **rodovia BR-163**, utilizada no escoamento de grãos. A área é dominada por um **complexo logístico a serviço de empresas do agronegócio**. Além da rodovia, há ETCs e portos destinados o escoamento, principalmente, de soja, destinada ao mercado externo.

“O crescimento de atividades antrópicas ao redor dos sítios reforça a importância de políticas de conservação e gestão do patrimônio arqueológico brasileiro, especialmente frente às crescentes pressões sobre os biomas” comenta Marina Hirota, cientista e professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do BrazilLAB/Princeton, que colaborou com esses dados.

Assim como Santarenzinho, outros sítios arqueológicos ficam em áreas ameaçadas por empreendimentos. Muitos deles, em regiões remotas, de difícil acesso.

Na avaliação de Trindade, o monitoramento viabilizado pelo MapBiomas pode auxiliar no direcionamento das ações para a preservação dos sítios. “Dali a gente pode começar a concentrar alguns esforços em termos de fiscalização”, diz.

Sítios arqueológicos indígenas

Embora o Iphan não disponibilize um levantamento da quantidade de sítios arqueológicos de origem indígena, estima-se que a maior parte dos quase 28 mil sítios guardem histórias e elementos desses povos, conforme explica Trindade.

“Eu estimo que a grande maioria dos sítios arqueológicos são pré-coloniais. Então, a grande maioria dos sítios arqueológicos ainda hoje são sítios indígenas”, diz.

A conclusão vem das classificações usadas pelo Iphan com relação à data de origem dos sítios arqueológicos. O instituto utiliza duas tipologias básicas para sítios arqueológicos: pré-coloniais, de antes de 1500; e pós-coloniais ou históricos, com origem após a colonização.



“Tudo que está antes de 1500, obviamente, é indígena. Eram as únicas populações que habitavam aqui antes da chegada aí dos europeus em no século XVI”, explica o arqueólogo.

E mesmo entre os sítios arqueológicos do período pós-colonial, há muitos de origem indígena. “Em tese, todos os sítios que a gente tem como pré-coloniais são considerados indígenas, mas não só esses. Tem muitos sítios que são pós-coloniais, ou que são do período histórico, que também são indígenas”, diz Trindade.

BdF | Newsletter

seu e-mail

seu nome

Escolha as listas que deseja assinar*

CADASTRAR

☐ Li e concordo com os [termos de uso e política de privacidade](#).

NOTÍCIAS RELACIONADAS

em nome do lucro

Cercadas pela soja e pelo veneno, comunidades rurais estão desaparecendo junto com a Amazônia na região de Santarém (PA)

MINERAÇÃO

Crime da Braskem: Igreja Batista do Pinheiro, patrimônio material e imaterial de Alagoas, luta para voltar ao bairro e não virar posse da mineradora

territórios em risco